

**HABEAS CORPUS Nº 567.720 - RJ (2020/0071974-7)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : DIEGO LEAL AUGUSTO**  
**ADVOGADO : DIEGO LEAL AUGUSTO - RJ190098**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : MARCIEL NUNES MATOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCIEL NUNES MATOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n. 0004229-03.2020.8.19.0000.

Segundo narra o impetrante, nos autos da Ação Penal n. 0036934-79.2019.8.19.0037, o paciente foi denunciado em 17/11/2016 pela suposta prática do delito previsto no art. 35, *caput*, c/c o art. 40, IV e VI, ambos da Lei n. 11.343/2006, tendo sido decretada a prisão preventiva em 29/11/2016. O mandado de prisão foi cumprido em 24/12/2018.

Sob a alegação de constrangimento ilegal decorrente da ilegitimidade do decreto de prisão preventiva por carência de fundamentação concreta e da existência de excesso de prazo para a formação da culpa, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, contudo a Corte *a quo* conheceu parcialmente da ordem e, nessa extensão, denegou-a, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 22/24):

*HABEAS CORPUS. ART. 35, C/C ART. 40, IV E VI, TODOS DA LEI 11.343/06. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL SUPOSTADO PELO PACIENTE, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E DEMAIS REQUISITOS DO ARTIGO 312, DO CPP, NA DECISÃO ERGASTULAR. EXCESSO DE PRAZO NA MARCHA PROCEDIMENTAL E SUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.*

*Inicialmente, deixo de conhecer da mandamental, na parte em que se refere ao suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, em virtude da fundamentação e demais requisitos dos decisos de constrição. Pleito outrora veiculado no Habeas Corpus nº 0017484-62.2019.8.19.0000, conhecido e julgado por esta E. Oitava Câmara Criminal em 13/05/2019, que tratou exatamente do mesmo thema e teve, à unanimidade, denegada a ordem. Em relação ao*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*alegado excesso de prazo, a consulta no sítio eletrônico deste E. TJERJ do processo nº 0036934- 79.2016.8.19.0037, corroborada pelas informações prestadas pela apontada Autoridade Coatora, dão-nos conta de que, tanto as alegações finais ministeriais como aquelas defensivas já se encontram encartadas aos autos. Ao se pronunciar nos autos veio a douta Procuradoria da Justiça, em seu culto Parecer, asseverando, in verbis: “(...) conforme as Informações prestadas, a instrução restou concluída, já havendo apresentação das alegações finais pelas partes, sendo aplicável, in casu, a Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça, verbis: “Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. (...)” Logo, não mais há falar-se em excesso de prazo e, subsequentemente, em constrangimento ilegal. Por fim, não custa lembrar que o juiz conhece a lei. E a ele sendo submetidos os fatos, constatando-se persistirem íntegras as razões da segregação, não se cogita da aplicação de medidas cautelares diversas, pela absoluta incompatibilidade lógica. Que circunscreve tal situação. IMPETRAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA. ORDEM DENEGADA, na forma do voto do Relator.*

No presente *writ*, a defesa reitera os argumentos lançados na impetração anterior objetivando a revogação da prisão cautelar por falta de fundamentação idônea do decreto prisional ou o relaxamento da custódia por excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente, seja determinado o imediato relaxamento da prisão preventiva do paciente por excesso de prazo, expedindo-se o competente alvará de soltura. Caso assim não se entenda, postula a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares diversas da prisão, conforme Recomendação n. 62, de 17/3/2020, que trouxe a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional, tendo em vista a superlotação do sistema prisional.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

# Superior Tribunal de Justiça

Com relação à tese de carência de fundamentação idônea do decreto construtivo, bem como de substituição da custódia cautelar por prisão domiciliar em razão da propagação da infecção pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional, verifico que as questões não foram enfrentadas pelo Tribunal *a quo*, de modo que o Superior Tribunal de Justiça está impedido de analisar os temas, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e em violação ao princípio do duplo grau de jurisdição.

No que se refere ao alegado excesso de prazo prisional, não se mostra de plano configurado, pois, conforme destacou a Corte de origem, ao julgar o *writ* lá impetrado, "*pelas informações prestadas pela Autoridade Coatora, dão-nos conta de que, tanto as alegações finais ministeriais como aquelas defensivas já se encontram encartadas nos autos*" (e-STJ fl. 29). Deste modo, não verifico, em juízo perfunctório, constrangimento ilegal a ser sanado pois o feito vem tendo regular andamento, estando próxima a prolação da sentença.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade coatora apontada e ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Nova Friburgo (RJ), ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator